

# “Eliminar o spread”

*Dinga Ext*

24 MAI 1984

por Reginaldo Heller  
do Rio

Os ex-ministros Mário Henrique Simonsen e Octavio Gouvêa de Bulhões consideram “compreensível” a nota conjunta de quatro governos latino-americanos, entre eles o brasileiro, em protesto contra a alta dos juros e o protecionismo, “mas de pouco efeito prático”.

Ambos foram ouvidos ontem por este jornal, em entrevista simultânea, quando contestaram as idéias de capitalização integral dos juros da dívida externa e interpretaram a nota como um alerta — “uma reclamação justa dos devedores”, no entender de Bulhões — contra a verdadeira causa dos altos juros no mercado internacional: o déficit público dos Estados Unidos. “Mas isso a nota não poderia dizer, pois significaria uma interferência em assuntos internos de outro país”, emendou Simonsen.

Ambos concordam com a hipótese aventada de capitalização parcial dos juros ou alongamento de prazos, mas não vislumbram nem

acham correto exigir taxas fixas de juros, limites para suas flutuações, o que representaria prejuízos para os bancos credores.

“Falar em moratória de cinco anos ou em capitalização integral de juros é conversa fiada de quem não quer pagar”, disse Bulhões, defendendo, em seguida, a eliminação do “spread” cobrado da dívida, uma taxa de risco hoje dispensável. Os dois ex-ministros também concordam em que, no âmbito de inevitáveis negociações multilaterais, a questão do capital estrangeiro, da

(Continua na página 18)

Renegociar a dívida externa brasileira por um prazo de dez anos e cinco de carência é uma proposta “bastante razoável”, segundo uma alta fonte do governo. Essa proposta deverá ser levada à reunião de Bogotá, a realizar-se entre 14 e 15 de junho. Abílio dos Santos Diniz está convencido de que é o momento oportuno para se iniciar negociação política com os credores.

(Ver página 18)

# “Eliminar o ...

por Reginaldo Heller  
do Rio  
(Continuação da 1ª página)



Mário Henrique Simonsen

reserva de mercado, especialmente no caso da informática, será levantada. Para Bulhões, “é estranho um país que depende de capital estrangeiro recusar investimentos diretos. No caso específico da informática, então, eu não discuto. A posição da SEI é quase religiosa. E religião eu não discuto”. Bulhões acha que os investidores estão dispostos a aplicar no Brasil esperando o momento oportuno. Momento esse que Simonsen definiu como o de estabilidade monetária e inflacionária e definição política. “É inconcebível que não se queiram sequer associações” disse Simonsen.

## PONTOS COMUNS

Mas, se há pontos comuns entre os dois ex-ministros, há também algumas diferenças. Para Bulhões, por exemplo, o efeito prático da nota conjunta é nenhum, “a exemplo da Europa, que reclama há anos da política econômica dos Estados Unidos”. Mas, para Simonsen, há um efeito importante junto à opinião pública. “É verdade que estrangeiro não vota, lá, mas a imprensa vem alertando para o sacrifício exagerado que se está exigindo de países como o Brasil.” Outro ponto em que as opiniões dos dois ex-ministros não são idênticas é em relação à recuperação econômica do Brasil. Simonsen acha que foram feitos grandes investimentos e o País poderá crescer três ou quatro anos apenas utilizando a capacidade instalada, hoje ociosa. Investimentos em energia, siderurgia, mineração, entre outros. Durante esse período, pode até carecer de poupança externa. Bulhões, por seu turno, concorda, mas lembra a obsolescência do parque industrial. Simonsen: “Especialmente na área de informática, vamos ficar obsoletos.” Outro ponto é em relação às taxas de juros no mercado internacional. Bulhões não acredita que se elevem ainda mais; Simonsen, sim. Mas este último lembra que, se o governo

norte-americano não atacar de frente o seu déficit público, assumir o risco de perda de confiabilidade dos mercados. “Uma fuga de capitais para a Alemanha ou a Suíça poderá resultar numa desvalorização do dólar e em nova alta dos juros”, disse Simonsen, citando estimativas de que uma queda de 20% do dólar diante de outras moedas pode representar uma alta de três ou quatro pontos de percentagem de inflação.

## SEM RADICALISMO

Ambos acham que o próximo presidente deverá negociar com os credores, sem radicalismo. Simonsen lembrou o caso de Alfonsín, o presidente argentino, que, para obter apoio dos peronistas, está praticando uma política econômica suicida, altamente inflacionária. “Vai acabar voltando atrás. E então terá um programa com o FMI”, disse ele, destacando que o FMI, hoje, está fortemente inclinado a políticas de ajustamento que reduzam rapidamente a inflação e levem à recuperação econômica. Aliás, a participação do FMI é inevitável nas negociações. Negociações de governo a governo não parecem produzir resultados. “A dívida com os governos já foi negociada no âmbito do Clube de Paris.” E, para isso, Simonsen concorda com a tese de Bulhões. “Uma tese que ninguém quer aceitar”, disse Bulhões, “mas que assegura”, “dará resultados imediatos. E só desindexar e dar férias a algumas pessoas.”

GAZETA MERCANTIL